



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL
 Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

1

	TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR
Processo nº:	1011808-88.2011.8.26.0037
Classe - Assunto	Crime de Falta de Hab.p/ Dirig.veíc. Aut(art.309,I 9.503/97) - Crimes de Trânsito
Documento de Origem:	TC - 109/2010 - 4º Distrito Policial de Araraquara
Autor:	Justiça Pública
Réu:	Cleber Alessandro de Oliveira
Tipo Completo da Parte Terceiro Principal <<	Nome da Parte Terceira Principal << Informação indisponível >>
Informação indisponível >>:	

Aos 29 de novembro de 2018, às 14:15h, na sala de audiências da 2ª Vara Criminal, do Foro de Araraquara, Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito Dr(a) **Carlos Eduardo Zanini Maciel**, foi aberta a audiência preliminar. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes. Presente o Promotor de Justiça, **Dr. José Francisco Ferrari Junior**. Compareceram o(a)(s) autor(a)(es) dos fatos **Cleber Alessandro de Oliveira** e o(a) Defensor(a) Público(a) Dr(a). **Mariana Carvalho Nogueira**. **Iniciados os trabalhos**, pelo Dr. Promotor de Justiça foi reiterada a proposta de fls. 115. "Pena alternativa, consistente em prestação pecuniária, correspondente a 1/3 salário(s) mínimo(s), cuja quantia deverá ser revertida em favor de qualquer entidade de cunho assistencial com sede nesta Comarca, ou então, a prestação de serviços gratuitos à comunidade, pelo prazo de 06 meses." A proposta foi aceita pelo(a)(s) autor(a)(es) do fato e seu(s) defensor(es), na modalidade prestação pecuniária. **Pelo Magistrado foi proferida a seguinte decisão: "Vistos.** A pena cominada ao artigo de que trata a acusação não é superior a dois anos, sendo considerada infração de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61, caput, da Lei 9.099/95. O(A)(s) autor(a)(es) do fato não possui(em) maus antecedentes e não se encontram presentes quaisquer das restrições previstas no artigo 76, §2º da lei 9.099/95. Assim, acolho a proposta e aplico a pena restritiva de direitos, na modalidade de prestação pecuniária, **consistente no pagamento de 1/3 salário mínimo (R\$318,00)**, dividido em 03 parcelas mensais de R\$106,00 que deverá ser efetivado, a primeira parcela até o dia 10 de dezembro p.f. e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, mediante depósito bancário na conta corrente do COMCRIAR – Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente de Araraquara (FMDCA – Fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente) **nº 83.731-8 Ag. 0082-5** do Banco do Brasil, nos termos do Provimento CG 001/2013 da C.G.J. O não cumprimento do acordo implicará no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CRIMINAL
 Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

2

prosseguimento da persecução penal. Compromete(m)-se o(a)(s) autor(a)(es) dos fatos a apresentar, em cartório, o comprovante do depósito, assim que este seja efetuado. **Está ciente o(a)(s) autor(a)(es) dos fatos de que o depósito deverá ser efetuado diretamente no caixa de atendimento pessoal do Banco, bem assim de que não será aceito comprovante de depósito realizado em terminal de caixa eletrônico, por envelope.** Publicada em audiência, saem os presentes intimados. As partes procederam à leitura do presente, sendo entregue cópia ao réu. Nada mais. Para constar, eu, André de Andrade Mendes, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Dr(a). Promotor(a) de Justiça:

Dr(a). Defensor(a) Público(a):

Ré(u):